



Ata do 32º Conselho Nacional da IL

Data: 12/11/2023 Hora: 10h30 Local: Hotel Fénix Lisboa, Marquês de Pombal, Lisboa

Quorum: 38 membros presenciais e 30 por meios remotos

Ordem de Trabalhos:

1. Aprovação da Ordem de Trabalhos;
2. Debate da situação política nacional;
3. Convenção Nacional;
4. Caminho para as Europeias;
5. Debate político: Proposta Programa Político;
6. Debate político: Proposta Crescimento Sustentável.

Pelas 10h50 deu-se início aos trabalhos, justificado o atraso pela necessidade de superar alguns problemas técnicos verificados com as câmaras de vídeo que iriam possibilitar a transmissão via zoom da reunião para os conselheiros que se tinham inscrito para participar remotamente na reunião.

No início dos trabalhos estava verificado o quórum, estando presentes 38 membros presentes e 30 através da plataforma zoom.



O Vice-Presidente da Mesa do CN, que presidiu à reunião, começou por informar da ausência do Presidente da Mesa, membro Nuno Santos Fernandes, que ao abrigo dos n.ºs 2 e 3 do Art. 9.º do Regimento do CN, fundamentou por escrito, para efeitos de ata, a sua ausência, nos termos que abaixo se transcrevem:

“Exmo Senhor Vice-presidente da Mesa do Conselho Nacional,
Caro Pedro,

venho justificar a minha ausência presencial ao 32.º Conselho Nacional da IL, uma vez que, no dia 12/11/23, a partir das 11h, estarei a viajar por motivos de trabalho.

Por esta razão é para mim impossível estar presencialmente na reunião, tal como exigido pelo Regimento do Conselho Nacional.

Assim, como disposto no número 2 do Artigo 9º do Regimento do Conselho Nacional, apresento a fundamentação da minha falta, solicitando que a mesma seja inscrita na Ata.

Como resulta do número 3 do mesmo Artigo 9º compete-te a ti, enquanto Vice-presidente, a minha substituição, que agradeço com total confiança no teu desempenho.

Saudações liberais,
Nuno Santos Fernandes”.

De seguida, o Vice-Presidente da Mesa justificou também a ausência da Secretária da Mesa do CN, Silvia Abreu, que, também por motivos profissionais, se encontrava ausente do País. Apesar de ter participado remotamente na reunião, ao abrigo do n.º 4 do Art. 12.º do Regimento do CN (*“Caso participem na reunião presencial de forma não presencial, os membros da Mesa atuam como meros membros, desprovidos das suas funções específicas, sendo substituídos nessas funções”*), o Vice-Presidente da Mesa convidou o membro João Caetano Dias a tomar lugar na Mesa para auxiliar na condução dos trabalhos.



Uma outra nota prévia ainda, para informar da chegada de novos membros ao CN, em virtude de pedidos de renúncia que foram apresentados pelos membros Miguel Ferreira da Silva e Nuno Carrasqueira. Assim, nos termos da alínea d) do n.º 1 do Art. 27.º dos Estatutos da IL, havendo necessidade e lugar à substituição dos membros que renunciaram, foram chamados a assumir-se como Conselheiros Nacionais os membros Flávio Lança (substituindo Miguel Ferreira da Silva) e Paulo Vieira (substituindo Nuno Carrasqueira). Houve também uma alteração na composição do Conselho de Jurisdição, com o pedido de renúncia do membro Luís Quental que foi substituído pelo membro Mariana Pereira.

Antes da abertura dos trabalhos, o Vice-Presidente do CN deu a palavra ao Presidente da IL, Rui Rocha, para uma comunicação política ao CN, neste período aberto à comunicação social. Terminada esta intervenção foi feito um intervalo de 15 minutos para a saída dos elementos da comunicação social.

Pelas 11h30 retomaram-se os trabalhos.

Dito isto, a Mesa informou da apresentação de propostas de alteração à Ordem de Trabalhos previamente enviada, dando conta de que face aos desenvolvimentos políticos recentes do País, já depois de enviada a primeira OT, a Mesa havia remetido uma nova proposta de OT, para além de que a CE propôs a passagem do ponto “Debate político: Proposta Crescimento Sustentável” para último ponto da OT.

A Mesa esclareceu que as propostas de aditamento dos Pontos 2 e 3 foram apresentadas ao abrigo do número ii do Artigo 16.º do Regimento, e só integrarão a Ordem e Trabalhos Final se forem aprovados por maioria qualificada de 2/3, bem como informou que o Ponto 2 (“Debate da situação política nacional”) foi proposto incluir na OT pela Comissão Executiva, enquanto o Ponto 3 (“Convenção Nacional”) era uma proposta da própria Mesa.



O membro Marcos Ramalho pediu a palavra para fazer uma interpelação à Mesa, propondo retirar desta OT o ponto 7 (“Ponto de execução da moção de estratégia global e demais moções aprovadas em convenção, avaliando igualmente os recursos necessários para a sua execução, e o apoio que os conselheiros nacionais e os membros em geral podem dar tendo em vista ao seu cumprimento.”), solicitando que o ponto passasse para outra reunião do CN, a articular com a Mesa, em virtude dos recentes desenvolvimentos políticos e da inclusão de novos pontos na OT.

A OT passou então a constar com os seguintes pontos:

1. Aprovação da Ordem de Trabalhos;
2. Debate da situação política nacional;
3. Convenção Nacional;
4. Caminho para as Europeias;
5. Debate político: Proposta Programa Político;
6. Debate político: Proposta Crescimento Sustentável.

Passando à votação da proposta de alteração à OT, a mesma foi aprovada por larga maioria, com apenas uma abstenção e sem votos contra.

Passou-se de seguida ao Ponto 2 da OT: “Debate da situação política nacional”.

No âmbito da intervenção que realizou neste ponto, Margarida Caldeira, comunicou ao CN, e depois entregou à Mesa uma missiva, dando nota da sua renúncia ao mandato.

Passou-se, de seguida, ao Ponto 3. da OT “Convenção Nacional”. O Vice-Presidente da Mesa do CN justificou a inclusão deste ponto na OT dada a profunda modificação do cenário político nacional, resultante da demissão do Primeiro-Ministro e do agendamento de eleições legislativas antecipadas



para 10 de março de 2024, considerando que a Iniciativa Liberal deve estar totalmente focada nas eleições que se avizinham, um momento crucial para definir em que país queremos viver, pelo que o ponto proposto era no sentido de se adiar a VIII Convenção Nacional da IL, originalmente agendada para 1, 2 e 3 de Dezembro de 2023.

A Mesa apresentou a seguinte Proposta de deliberação:

Considerando a profunda modificação do cenário político nacional resultante da demissão do Primeiro-Ministro e do agendamento de eleições legislativas antecipadas para 10 de março de 2024, assim como a necessidade de a Iniciativa Liberal estar totalmente concentrada na campanha eleitoral, o Conselho Nacional, reunido a 12 de novembro de 2023, delibera:

1. Adiar a VIII Convenção Nacional originalmente agendada para os dias 1, 2 e 3 de dezembro de 2023;
2. Suspender todos os restantes prazos do Regimento da VIII Convenção Nacional que se encontrem a decorrer, designadamente o prazo para a receção de Propostas de Emenda, Eliminação ou Aditamento aos Projetos Globais de Estatutos e a respetiva divulgação aos Membros, bem como o encerramento das inscrições para a VIII Convenção Nacional;
3. Manter todo o processo de revisão estatutária já decorrido, nomeadamente os Projetos Globais de Estatutos já partilhados com os Membros da Iniciativa Liberal;
4. Agendar um Conselho Nacional, até ao final do corrente ano, para voltar a deliberar sobre o Regimento, agendendo a nova data da VIII Convenção Nacional e ajustando os restantes aspetos que importe adaptar;
5. Comunicar de imediato aos Membros da Iniciativa Liberal o adiamento da VIII Convenção Nacional.



Encerrado o debate, passou-se à votação da Proposta de deliberação apresentada pela Mesa do CN, tendo a mesma sido aprovada com 54 votos a favor, 4 abstenções e 4 votos contra.

Passou-se ao Ponto 4. da OT “Caminho para as Europeias”

Foi dada a palavra à CE, tendo intervindo o Presidente Rui Rocha, que deu conta que 75% dos Núcleos que sugeriram em 81,5% o nome de João Cotrim de Figueiredo para cabeça de lista da IL às eleições Europeias seguindo-se intervenções de diversos membros.

Posta a votação, a proposta apresentada pela CE foi aprovada com 58 votos a favor, 3 abstenções e um voto contra, seguindo-se uma ovação.

A passar para o Ponto 5. da OT, “Debate político: Proposta Programa Político”, o membro Miguel Rangel, em nome da CE, fez uma interpelação à Mesa solicitando a retirada deste ponto da OT, em virtude da decisão de adiamento da Convenção, ficando o tema para ser agendado em futuro CN.

Sendo assim, passou-se a último Ponto da OT (Ponto 6. “Debate político: Proposta Crescimento Sustentável”), tendo iniciado o debate o membro Bernardo Blanco, a que se seguiram as intervenções de diversos membros di CN.

Nada mais havendo a tratar encerrou-se o CN pelas 19h15, tendo-se lavrado a presente ata.